



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
Superintendência de Compras e Licitações  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 05/2018**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO**  
**Processo nº 23205.000796/2018-37**

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente licitação tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Coleta, Transporte e Análise de Agentes Químicos nos ambientes laborais da **Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Análise dos agentes químicos para determinar as concentrações no ambiente de trabalho e emissão de relatório na forma da Norma Regulamentadora Nº 15- Atividades e Operações Insalubres, Anexo Nº 11, 12 e 13. Conforme <b>Encarte C – Planilha de Formação de Preços – Item 1.</b>	Unidade	01	R\$ 48.471,46	R\$ 48.471,46
2	Chamado para o serviço de deslocamento e coleta de amostras dos agentes químicos para elaboração da análise quantitativa das concentrações nos ambientes de trabalho, para os agentes químicos descritos na ordem de serviço. Conforme <b>Encarte D – Planilha de Formação de Preços Item 2.</b>	Unidade	06	R\$ 1.549,09	R\$ 9.294,54
TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DO GRUPO DA LICITAÇÃO:				R\$ 57.766,00	

#### 1.2. Especificações do objeto

**Universidade Federal da Fronteira Sul**  
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,  
Chapecó – Santa Catarina  
Brasil – CEP 89802-112  
[www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)  
[licitacoesuffs@gmail.com](mailto:licitacoesuffs@gmail.com)

**1.2.1.** As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

**1.2.2.** A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que os serviços deste Termo serão solicitados em períodos diferentes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, assim como a prestação dos serviços ocorrerá em cidades distintas conforme Planilhas de formação de Preços dos Itens 1 e 2, respectivamente **“ENCARTE C e D”**.

**1.2.3.** A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

### **1.3. Da Pesquisa de Preços e dos Valores**

**1.3.1.** O valor utilizado como referencial de preço máximo para o item 1 deste Termo de Referência foi definido com base no parâmetro IV do Art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que alterou a IN 05, de 27 de junho de 2014, aplicando-se para estimativa de preços, a mediana dos preços pesquisados, conforme metodologia selecionada pelo requisitante.

**1.3.2.** O valor utilizado como referencial de preço máximo para o item 2 deste Termo de Referência foi definido com base nos parâmetro II e III do Art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que alterou a IN 05, de 27 de junho de 2014, aplicando-se para estimativa de preços para cada subitem:

**a)** Valor do Quilômetro Rodado: Calculado com base na média de deslocamento (ida e volta) das 4 cidades sedes das 5 empresas que forneceram orçamentos em relação aos seus deslocamentos até os 6 (seis) *Campi* da UFFS, cuja média deslocamento calculado foi de 771,75 KM. Multiplicado pela média dos valores atualizados que são pagos por Quilômetro Rodado referente ao Pregão 63/2015 da UFFS.

**b)** Valor Médio das Diárias de Hotel: com padrão até 3 estrelas nas 6 cidades dos *Campi* da UFFS.

**c)** Valor da Hora/Homem de efetivo exercício: calculado com base na média salarial do Técnico em Segurança do Trabalho conforme site [www.sine.com.br](http://www.sine.com.br), dividido por 220 horas mensais. Multiplicado por 8 horas.

**d)** Valor da Hora/Homem para o deslocamento até o *Campus* onde foi realizado o chamado, calculado com base na média salarial do Técnico de Segurança do Trabalho, conforme site [www.sine.com.br](http://www.sine.com.br), dividido por 220 horas mensais. Multiplicado por 12,00 horas de deslocamento. Para o cálculo das horas de deslocamento foi considerado a média do deslocamento dividido por 64 km/h, considerando que a velocidade máxima indicada para as rodovias da região é de 80 km e considera-se um percentual de 20% de desconto em função das condições do trânsito.

**1.3.3.** O valor total estimado para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Referência é de **R\$ 57.766,00 (cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais)**, distribuído da seguinte forma:

Grupo	Itens	Total estimado R\$
Grupo 01	01 a 02	R\$ 57.766,00
Total máximo estimado da Licitação:		R\$ 57.766,00

#### 1.4. Da Fundamentação Legal

**1.4.1.** A contratação em tela tem amparo legal nos seguintes normativos:

- a)** Norma Regulamentadora nº 15- Atividades e Operações Insalubres, publicada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, para fins de avaliação da concessão de adicionais ocupacionais e da Orientação Normativa 4, de 4 de fevereiro de 2017, expedido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais ocupacionais.
- b)** Item 1.1 da NR 01 do Ministério do Trabalho, “As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário”.
- c)** Art. 10 § 1º da Orientação Normativa, “O órgão ou a instituição poderá contratar serviços de terceiros para a dosagem e medição de agentes físicos e químicos ou para a identificação de agentes biológicos, com a finalidade de auxiliar o profissional competente na expedição de laudo técnico, desde que o levantamento dos dados seja supervisionado por servidor da área de saúde e segurança do trabalho.”

#### 1.5. Dos Critérios de Sustentabilidade

**1.5.1.** Dos Critérios de Sustentabilidade, **no que couber**, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

**1.5.1.1.** Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

**1.5.1.2.** Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

**1.5.1.3.** Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

**1.5.1.4.** Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

**1.5.1.5.** Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

**1.5.1.6.** Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e

**1.5.1.7.** Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

**1.5.1.8.** Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;

**1.5.1.9.** Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

**1.5.1.10.** Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber.

**1.5.2.** Observar quando da execução dos serviços a NR nº 15 do Ministério do Trabalho.

**1.5.3.** O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela UFFS ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

**1.5.4.** Conforme prevê o Decreto Presidencial nº7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

**1.5.5.** A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS, que contempla em suas ações a adoção de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

As justificativas e objetivo para a contratação dos itens deste Termo de Referência foram apresentados pelo requisitante do objeto:

## **2.1. Do Objetivo e da Justificativa**

**2.1.1.** A contratação dos itens deste Termo de Referência tem por objetivo:

a) O objeto da presente contratação é a realização de coleta de amostras atmosféricas dos agentes químicos utilizados nas rotinas de trabalho dos servidores da instituição que laboram com produtos químicos constantes nos anexos 11, 12 e 13 da Norma regulamentadora Nº 15 do Ministério do Trabalho.

a.1) Emissão de documentação técnica legalmente instituída com finalidade de subsidiar e complementar laudos e outros documentos técnicos gerados pela equipe de segurança do trabalho da UFFS, em especial laudos de adicionais ocupacionais, laudo técnico de condições do ambiente de trabalho (LTCAT) e programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) e programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO);

a.2) Elaboração de plano de controle de riscos ambientais a partir da análise dos resultados pela empresa contratada.

**2.1.2** A contratação dos itens deste Termo de Referência tem por justificativa:

**a)** Necessidade de realizar avaliação ambiental decorrentes de processos administrativos, que requerem adicional ocupacional. Para análise destas demandas faz-se necessário a emissão de laudos de análises de concentração de agentes químicos, com probabilidade de risco de dano à saúde dos servidores;

**b)** Necessidade de monitorar constantemente os ambientes de trabalho da UFFS, visando mapear e analisar os ambientes laborais pertencentes à estrutura da Universidade para que, dessa forma, seja possível quantificar os níveis dos possíveis agentes nocivos à saúde humana;

**c)** A contratação visa o mapeamento dos ambientes de trabalho conforme os riscos ambientais inerentes às atividades desenvolvidas e também para que seja possível realizar o monitoramento da saúde de seu quadro de servidores têm-se a necessidade de contratação de empresa especializada em medições de possíveis agentes nocivos à saúde humana, vinculados aos riscos ambientais de cada ambiente laboral;

**d)** Convém esclarecer, também, que a UFFS não dispõe dos materiais e equipamentos apropriados para realização dos serviços em tela, e não seria viável sua aquisição para a execução de trabalho pontual, seja por questões de manutenção, multiplicidade de agentes a serem avaliados, equipamentos laboratorial para análise de amostras, e ainda de treinamentos e capacitação de profissionais habilitados para a tarefa.

## **2.2. Da justificativa para formação de grupo**

**2.2.1.** Em relação a solicitação de formação de grupo, o requisitante aportou a sua necessidade na seguinte justificativa:

a) Os itens 1 e 2 deverão ser agrupados em função de que o item 1 trata de serviço de análise dos agentes químicos para determinar as concentrações deste agente no ambiente de trabalho. Já o **item 2** trata de serviço de deslocamento da empresa contratada até a UFFS e aos serviço de coleta das amostras dos agentes químicos que serão analisados. Desta forma, a empresa contratada deve ser a mesma para os itens, justificando a formação do Grupo.

## **3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**3.1.** O objeto deste Termo de Referência se enquadra como material comum, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, para Registro de Preços, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, no Decreto nº 7.892/2013, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

**3.2.** O uso do Sistema de Registro de Preços foi justificado pelo requisitante, em função de que não podemos prever com exatidão quais os agentes químicos deverão ser medidos nos ambientes de trabalho nem a quantidade de medições de cada agente químico, visto que na Universidade Federal da Fronteira Sul são realizadas múltiplas e complexas atividades. Sendo que a definição dos itens a serem medidos dependem das análises realizadas nas vistorias *in loco* para a realização dos Laudos Técnicos de Avaliação Ambiental- LTCAT e das análises dos processos de requerimento de adicional ocupacional, *conforme disposto, respectivamente, no Art. 3º, Incisos I e IV do Decreto Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.*

#### **4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** Os serviços objeto deste Termo de Referência serão solicitados mediante Nota de Empenho, acompanhada da Ordem de Serviço, conforme modelo constante no **“Encarte D”**, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação do recebimento pela empresa Contratada.

**4.2.** A prestação dos serviços deverá ocorrer em :

**a)** até 30 (trinta) dias para o serviço de coleta dos agentes químicos nos ambientes de trabalho da UFFS, contados da confirmação do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Serviço.

**b)** até 20 (vinte) dias para a entrega dos resultados das análises contados da coleta das amostras dos agentes químicos.

**4.3.** Os serviços deverão ser prestados nos endereços citados abaixo, de acordo com a Ordem de Serviço:

**4.3.1. Campus Realeza :** Rua Edmundo Gaievski, n 1.000, Cx Postal 253, Acesso Rodovia PR 182, Km 466, CEP 85.770-000, Realeza-PR- Telefone (46) 3543-8300.

**4.3.2. Campus Laranjeiras do Sul:** Rodovia BR 158, Km 405, CEP 85.301-970, Laranjeiras do Sul-PR, Telefone ( 42) 3635-0000

**4.3.3. Campus Chapecó:** Rodovia SC 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, CEP: 89.815-899, Chapecó-SC. Telefone (49) 2049-2600

**4.3.4. Campus Erechim:** Rodovia ERS 135, Km 72,200, Caixa Postal 764, CEP: 99.700-970, Erechim-RS. Telefone (54) 3321-7050

**4.3.5. Campus Cerro Largo:** Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, nº 1.580, São Pedro, CEP: 97.900-000, Cerro Largo-RS, Telefone (55) 3359-3950;

**4.3.6. Campus Passo Fundo:** Rodovia RS 153, Km 03, Jardim América, CEP: 99.034-600, Passo Fundo-RS- Telefone (54) 3335-8515.

**4.4.** A empresa Contratada deverá entregar os resultados das análises no prazo previsto no item 4.2, alínea “b”,, na forma de relatórios técnicos assinados por químico responsável devidamente registrado em órgão de classe profissional, contendo os seguintes dados:

**a)** identificação do laboratório, com razão social, o endereço, telefone e e-mail para contato;

**b)** o número do relatório de ensaio de análise química ambiental;

- c) identificação do solicitante e endereço;
- d) A assinatura do químico responsável em todas as páginas do relatório;
- e) O número do registro no conselho de química do responsável pela análise;
- f) A identificação do agente químico avaliado;
- g) Os resultados expressos em unidades de **mg/m<sup>3</sup>** e/ou **ppm** conforme agente avaliado;
- h) Os limites de tolerância da NR 15 da Portaria nº 3.214/78 e ACGIH;
- i) As metodologias de análises laboratoriais e coletas utilizadas;
- j) A identificação dos pontos em que foi realizada a coleta (Local de amostragem), da área, do funcionário avaliado (quando não for de área);
- k) responsável pela amostragem;
- l) Os equipamentos utilizados na coleta, bem como cópia dos seus certificados de calibração evidenciando a rastreabilidade dos padrões com padrões nacionais primários;
- m) O tipo de amostrador e a identificação (conforme padrão do laboratório);
- n) A data, a hora inicial e a hora final da coleta, a vazão utilizada na bomba de amostragem, as condições médias de temperatura e umidade relativa do ar e o volume de ar coletado em cada amostragem;
- o) A data de recebimento das amostras no laboratório.

**4.5.** A prestação dos serviços deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis).

**4.6.** Os participantes do certame poderão vistoriar os Campus da UFFS que serão atendidos com os serviços, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação de sua proposta de preços. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste certame e das contratações que dele poderão advir.

## **5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** A demanda dos serviços deste Termo tem como base as seguintes características:

- a)** Em razão da dificuldade de prever com exatidão os agentes químicos e a quantidade de medicações de cada um deles, o planejamento considerou a medição de todos os agentes químicos disposto no anexo 11, 12 e 13 da NR nº 15 do Ministério do Trabalho, visando atender todos os agentes que possam ser medidos nos ambientes de trabalho conforme definição da Norma Regulamentadora citada,
- b)** Para os agentes químicos que temos ciência que são mais utilizados pelos servidores da Instituição foram estimados em maior quantidade. Já aqueles que não temos condições de determinar a habitualidade de seu uso estimamos o quantitativo em 1 (uma) medicação de cada item. Dessa forma, pretende-se fazer as análises conforme necessidade das avaliações dos processos de requerimento de adicionais ocupacionais e também em razão da necessidade de avaliação resultante da elaboração dos Laudos Técnicos de Avaliação Ambiental- LCCAT da UFFS

**5.2.** Para melhor dimensionamento da proposta a Contratada deverá observar a seguinte condição:

- a)** A prestação dos serviços poderá ser realizadas em qualquer um dos Campi da UFFS, de acordo com o indicado na Ordem de Serviço a ser encaminhado pela Contratada;
- b)** As coletas e análises deverão seguir metodologias técnicas e padrões utilizados e certificados nos laboratórios prestadores de serviço, inclusive atendendo as normas legais e a legislação pertinente em matéria de coleta de higiene ocupacional e análise química laboratorial;
- c)** Os tempos de coleta e as formas de amostragem deverão respeitar as metodologias e as condições técnicas e ambientais existentes no momento da coleta.

## **6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- a) Atendimento integral das exigências do Edital e seus anexos;
- b) Qualidade dos serviços prestados;
- c) Pontualidade na execução dos serviços.

## **7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**7.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**7.2.** Os equipamentos, ferramentas e instrumentos utilizados deverão ser adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob a responsabilidade da Contratada.

## **8. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.1.** A execução dos serviços será iniciada de acordo com o prazo estabelecido no **item 4.2** deste Termo.

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as condições descritas no Edital e anexos e os termos de sua proposta;

**9.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**9.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



**9.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**9.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento dos serviços, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**10.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante do cargo em comissão ou função de confiança no Órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

**10.6.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual- EPI, quando for o caso ;

**10.7** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

**10.8.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

**10.9.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

**10.10.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**10.11.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, afim de evitar desvio de função;

**10.12.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.13.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.14.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços objeto deste Termo;

**10.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

**10.17.** Responder por todas as despesas referentes às obrigações decorrentes do direito de propriedade intelectual, trabalhistas, tributárias, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho no ambiente da CONTRATANTE;

**10.18.** Responder, objetivamente, por todos e quaisquer danos pessoais e materiais causados por seus empregados ou prepostos as dependências, instalações e equipamentos da CONTRATANTE e /ou terceiros, decorrentes de ações ou omissão culposa ou dolosa, devidamente comprovadas procedendo, imediatamente, os reparos ou indenizações cabíveis, assumindo seus ônus, e, se assim não proceder, A CONTRANTE lançará mão dos créditos a que fizer jus para ressarcir os prejuízos a que tem direito.

**10.19.** A empresa contrata deverá possuir responsável técnico (Engenheiro de Segurança do Trabalho, Higienista Ocupacional, Técnico de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho) para o serviço de coleta dos agentes químicos nos ambientes laborais da Universidade Federal da Fronteira Sul. Este profissional deverá possuir conhecimentos técnicos das normas trabalhistas vigente, metodologias de avaliação dos agentes químicos solicitados, normas de higiene ocupacional internacionais, toxicidades e possíveis danos a saúde humana dos agentes a serem mensurados, limites de tolerância indicados à saúde humana e demais conhecimentos pertinentes à área de segurança e medicina do trabalho.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**11.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto entre de **até 50%** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

**11.1.1.** É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

**11.1.2.** as certificações de calibração dos equipamentos deverão ser comprovadas tanto pela contratada quanto pela subcontratada, junto a DQVT, no momento da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente.

**11.2.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**13.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços deste Termo consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

**13.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços, objeto deste Termo.

**13.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**13.4.** A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos  mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

**13.5.** A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos neste Termo de Referência, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**13.6.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**13.7.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**13.8.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**13.9.** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**13.10.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**13.11.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**13.12.** O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.13.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido

neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**13.14.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Termo, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.15.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**14.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto deste Termo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução dos serviços e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do objeto para recebimento definitivo.

**14.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do objeto, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**14.3.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**14.3.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**14.3.2.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do objeto (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

**14.4.** O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do objeto.

**14.4.1.** O gestor do objeto analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

**14.4.2.** O gestor do objeto emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de

Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

**14.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços descritos neste Termo.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**15.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**15.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**15.1.3.** falhar ou fraudar na execução do contrato;

**15.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;

**15.1.4.1.** considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento com ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento de fase de lances.

**15.1.5.** cometer fraude fiscal;

**15.2.** Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste termo, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

**15.2.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**15.2.2. Multa de:**

**15.2.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**15.2.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**15.2.2.3.** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**15.2.2.4.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**15.2.3. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**15.3.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**15.4.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

**15.5.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

**16.1.1. ENCARTE A** – Modelo para apresentação de proposta;

**16.1.2. ENCARTE B** – Modelo de Ordem de Serviço;

**16.1.3. ENCARTE C** – Planilha de Formação de Preços – Item 1;

**16.1.3. ENCARTE D** – Planilha de Formação de Preços – Item 2;

Chapecó/SC, 27 de abril de 2018.

RENATO TONELLO

**Chefe do Departamento de Compras**

Eu, **PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando a Contratação de empresa especializada para o serviço de Coleta, Transporte e Análise de Agentes Químicos, **destinados ao atendimento das demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS**, pelo Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 27 de abril de 2018.

PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN

**Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura**

**Ordenador de Despesas**

**ENCARTE “A”**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
**REF. PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 05/2018**

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
CEP:	UF:	
Telefone: (    )		
Email:		
Responsável pela proposta:		
RG:	CPF:	
DADOS BANCÁRIOS DA LICITANTE		
Banco:	Agência:	Número da Conta:

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Análise dos agentes químicos para determinar as concentrações no ambiente de trabalho e emissão de relatório na forma da Norma Regulamentadora Nº 15- Atividades e Operações Insalubres, Anexo Nº 11, 12 e 13. Conforme <b>Encarte C – Planilha de Formação de Preços – Item 1.</b>	Unidade	01	(Maior Desconto %)	
02	Chamado para o serviço de deslocamento e coleta de amostras dos agentes químicos para elaboração da análise quantitativa das concentrações nos ambientes de trabalho, para os agentes químicos descritos na ordem de serviço. Conforme <b>Encarte D – Planilha de Formação de Preços Item 2.</b>	Unidade	06	(Menor Preço)	
TOTAL GRUPO 01 R\$					

Cidade/UF, XX de XXXXXXXX de 201X.

\_\_\_\_\_  
Assinatura/Carimbo

# ENCARTE “B”

## MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

REF. PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 05/2018

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade Requisitante:
Data de Emissão:     /     /	Serviço:
Contrato/Nota de Empenho nº:	Processo nº:
Objeto:	

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone/Fax:	E-mail:

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Item	Serviço	Unidade de medi- da	Quantidade	Valor Unitá- rio R\$	Valor Global R\$
Total R\$					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	

DEMAIS DETALHAMENTOS

PRAZO DE EXECUÇÃO	
Data de início:	Data do término:

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	



<b>Elemento de Despesa:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	
<b>Saldo Orçamentário:</b>	

<b>NOME DO FISCAL</b>	<b>Nº SIAPE</b>	<b>TELEFONE DE CONTATO</b>
		(0XX) XXXX-XXXX

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
<p>Cidade/UF, _____ de _____ de 201X.</p> <p>_____</p> <p>Nome do Responsável pela solicitação do Serviço</p> <p>Departamento:</p> <p>Siape nº:</p>	<p>Cidade/UF, _____ de _____ de 201X.</p> <p>_____</p> <p>Nome do Fiscal</p> <p>Siape nº:</p>